

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. – AGE
CNPJ(MF) nº. 13.178.690/0001-15
Rua do Apolo, 81, Bairro do Recife - Recife/PE – CEP: 50.030-220
Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Contábeis em 30 junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando exposto)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, pessoa jurídica de direito privado, Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico e Social no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Encontram-se aqui observadas aqueles listados no Capítulo 4 – Anexos – do COSIF. Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 30 de junho de 2025, data de encerramento do semestre e comparadas em conformidade com a Resolução BCB no. 2, de 12 de agosto de 2020, e tiveram sua emissão autorizada pela diretoria executiva em 12 de setembro de 2025.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras individuais estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

b) Operações de Crédito

b.1 Reconhecimento e Mensuração

As receitas das operações de crédito são reconhecidas pro rata temporis pelo método da taxa de juros efetiva, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 352/2023. De acordo com a política interna da AGE, a atualização das operações de crédito é apropriada como receita até o 90º dia de atraso; a partir do 91º dia, os valores em aberto somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, em linha com o disposto no art. 17 da Resolução nº 352, que veda o reconhecimento de receitas de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito.

b.2 Classificação

As operações de crédito são classificadas considerando o modelo de negócios da instituição e as características contratuais dos fluxos de caixa, sendo registradas na categoria de custo amortizado quando destinadas ao recebimento dos fluxos contratuais e atendidos os critérios de pagamentos exclusivamente de principal e juros, conforme artigos. 3º e 4º da Resolução 352. As operações com atraso superior a 90 dias, ou aquelas em que haja evidência de deterioração significativa na capacidade de pagamento, são caracterizadas como ativos financeiros com problema de recuperação de crédito.

b.3 Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito:

Os novos parâmetros contábeis para constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito estão previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021 e na Resolução BCB nº 352/2023, as quais estabelecem os conceitos e critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Tais normativos introduzem diretrizes específicas para o reconhecimento, mensuração e contabilização dessas provisões.

Nos termos da Resolução BCB nº 352/2023, por se enquadrar no Segmento 4 (S4), a AGE adota a metodologia simplificada para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Adicionalmente, a instituição mantém modelo próprio de rating para classificação das operações, observando os percentuais mínimos previstos na regulamentação. Caso o percentual apurado pelo modelo interno seja inferior ao piso regulatório, aplica-se o percentual mínimo exigido pela norma; caso seja superior, adota-se o valor mais conservador.

Dessa forma são constituídas as seguintes classes de provisões para perdas associadas ao risco de crédito:

1) Provisão Simplificada para Perdas Esperadas (metodologia simplificada – S4)

A provisão em questão é constituída para os ativos financeiros inadimplidos, sem prejuízo da necessidade de constituição de montantes adicionais que sejam suficientes para cobrir integralmente a perda esperada na realização desses ativos. O nível de provisão das operações deve refletir o valor apurado a partir da aplicação dos percentuais estabelecidos,

conforme os períodos de inadimplência e as categorias de carteira definidas na Resolução BCB nº 352/2023, sobre o valor contábil bruto do ativo.

2) Provisão Adicional para Perdas Esperadas (art.78, Anexo II da Res. BCB 352/2023):

São provisões constituídas complementarmente à provisão para perdas incorridas, provisão adicional para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para. Os percentuais aplicados são aqueles definidos no art. 78 da Resolução BCB 352, tanto para as operações caracterizadas com problemas de recuperação de crédito não inadimplidas como a inadimplidas.

3) Modelo próprio de Rating da AGE (complementar aos parâmetros mínimos regulatórios)

A apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, é realizada através de modelo próprio, a partir da classificação das operações de crédito por Rating, obtidas através da aplicação de avaliações de questionários internos, que irá mensurar o risco de crédito das pessoas Físicas e Jurídicas proponentes de financiamento e clientes da AGE. Para tanto, como resultado da avaliação do Risco de Crédito da operação, a AGE adotará os seguintes níveis de rating, para os quais serão aplicados os percentuais previstos de perda esperada:+

I - Nível A, II - nível B, III - nível C, IV - nível D, V - nível E, e VI - nível F.

A provisão para perda esperada é constituída ao final de cada mês, considerando o enquadramento adotado pela área de Análise de Crédito da AGE quanto aos percentuais de provisão vinculados ao rating das operações, seja pela classificação originalmente atribuída, seja por sua reclassificação decorrente de atrasos, tais percentuais devem ser confrontados com os pisos mínimos estabelecidos no art. 78, Anexo II, da Resolução BCB nº 352/2023.

Caso os percentuais definidos no modelo interno da AGE se apresentem inferiores aos pisos regulatórios, deverá ser aplicado, de forma complementar, o percentual adicional previsto na referida norma. Por outro lado, se o percentual apurado pelo modelo interno for superior ao mínimo exigido pela Resolução, deve-se adotar o valor determinado pela norma, acrescido do montante calculado com base na metodologia de perda esperada do modelo interno da AGE.

b.4 Baixa e Controle de Operações

Ativos financeiros considerados irrecuperáveis são baixados contra a provisão existente e mantidos em contas de controle por, no mínimo, cinco anos até a conclusão dos procedimentos de cobrança, conforme previsto na Resolução BCB nº 352/2023. Operações baixadas que sejam recuperadas são revertidas ao resultado quando efetivamente recebidas.

b.5 Reestruturação

Para as operações reestruturadas fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, conforme Resolução CMN 5.146/2024. Para reconhecimento como operações reestruturadas, utilizamos as seguintes situações: a) Renegociação de operações já anteriormente renegociada e b) Renegociação de operações de crédito cuja classificação de risco da operação original seja igual ou pior a rating "D".

b.6 Critérios de Monitoramento

A AGE mantém acompanhamento sistemático do risco de crédito, realocando operações entre os estágios de provisão sempre que identificada alteração significativa na qualidade creditícia do tomador, em conformidade com os parâmetros da Resolução BCB nº 352.

c) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais estabelecidas na IN RFB 1700/17.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Apuração do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

g) Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro e demais Impostos Federais

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores. As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo.

h) Passivos Contingentes

Com base no parecer da Assessoria Jurídica da Agência, a constituição de provisões é realizada apenas para processos classificados como de “PERDA PROVÁVEL”, desde que seja possível mensurar ou estimar o valor da obrigação.

Nos casos de processos classificados como de “PERDA POSSÍVEL”, não há constituição de provisão, sendo efetuada apenas a divulgação em notas explicativas, em conformidade com as práticas contábeis e normas vigentes.

No período de referência, foram identificadas ações com classificação de perdas prováveis (provisionadas) e possíveis (não provisionadas), conforme quadro a seguir:

Tipo de Ação	Valor (R\$ mil)	Classificação	Situação
Ação de Indenização por danos morais e materiais	17	Possível	Não provisionada
Ação Anulatória de débito, por danos e pedido de antecipação de tutela	4	Possível	Não provisionada
Ação Anulatória de débito, por danos e pedido de antecipação de tutela	4	Provável	Provisionada
Ação Anulatória de débito, por danos e pedido de antecipação de tutela	7	Provável	Provisionada (paga em julho/2025)

3. Títulos e Valores mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	Jun/2025	Dez/2024
Curto Prazo (para negociação)		55.879	59.399
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	49.144	53.066
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2025	6.735	6.333

4. Operações de Crédito

Composição das operações por carteira-situação e faixa de vencimento de acordo com a Resolução 4.966, e ainda de acordo com a Resolução BCB nº. 352. Conforme demonstrado a seguir:

4.1. Composição por Atividade Econômica:

A Vencer

	30.06.2025			
Setor Privado	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
Outros Serviços	2.930	1.589	6.032	10.551
Indústria	297	301	131	729
Comércio	2.221	1.737	3.269	7.228
Pessoa Física	2.779	1.006	105	3.890
Subtotal	8.227	4.633	9.538	22.398

Vencido

Setor Privado	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Serviço	6	7	6	19
Indústria	4	8	-	11
Comércio	103	84	19	207
Pessoa Física	174	239	175	588
Subtotal	287	338	200	825

Ajustado pela Receitas Diferidas – TJEO-Empréstimo/Financiamento (140)

Total da Carteira 23.083

4.2. Composição das operações por carteira-situação e faixa de vencimento e provisões de acordo com a Resolução 4.966, e ainda de acordo com a Resolução BCB nº. 352, os ativos financeiros devem ser segregados nas seguintes carteiras:

I. Carteira 1 (C1):

- a) créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e
- b) créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento;

II. Carteira 2 (C2):

- a) créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974;
- b) créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; c) créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança; d) créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e) créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e f) créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020;

III. Carteira 3 (C3):

créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis; b) créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e c) créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput;

IV. Carteira 4 (C4):

créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e b) operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos;

V. Carteira 5 (C5):

operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade

rotativo sem garantias ou colaterais; b) créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput; e c) créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

Ativos Não Problemáticos	C.1	C.2	C.3	C.4	Total
De 0 a 14 dias Atraso	10.173	1.036	9.826	247	21.282
De 15 a 30 dias Atraso			257	8	264
De 31 a 60 dias Atraso	35	6	222	9	272
De 61 a 90 dias Atraso			199	2	201
	10.208	1.041	10.504	266	22.020
Provisão	Total				
De 0 a 14 dias Atraso	1.383	31	349	5	1.768
De 15 a 30 dias Atraso			40	0	40
De 31 a 60 dias Atraso	11	6	35	1	52
De 61 a 90 dias Atraso			88	1	89
	1.394	37	512	7	1.950
Ativos Problemático não Inadimplidos	C.1	C.2	C.3	C.4	Total
De 31 a 60 dias Atraso			2		2
De 61 a 90 dias Atraso			146	2	148
			148	2	150
Provisão	Total				
De 31 a 60 dias Atraso			1		1
De 61 a 90 dias Atraso			74	1	75
			75	1	76
Ativos Problemático Inadimplidos	C.1	C.2	C.3	C.4	Total
01-Menor que 30 dias		27	197		225
02-De 30 a 60 dias Atraso			185	4	189
03-De 60 a 90 dias Atraso		51	71		122
04-De 90 a 120 dias Atraso			22		22
05-De 120 a 150 dias Atraso			85		85
06-De 150 a 180 dias Atraso		12	70	1	83
07-De 180 a 210 dias Atraso			107		107
08-De 210 a 240 dias Atraso			99	7	107
09-De 240 a 270 dias Atraso			114	1	115
		90	949	14	1.053

Provisão	C.1	C.2	C.3	C.4	Total
01-Menor que 30 dias		9	119		128
02-De 30 a 60 dias Atraso			113	2	115
03-De 60 a 90 dias Atraso		51	52		103
04-De 90 a 120 dias Atraso			64		64
05-De 120 a 150 dias Atraso			43		43
06-De 150 a 180 dias Atraso		12	70	1	83
07-De 180 a 210 dias Atraso			107		107
08-De 210 a 240 dias Atraso			99	7	107
09-De 240 a 270 dias Atraso			114	1	115
		72	780	12	864
Ajustado pela Receitas Diferidas – TJEO-Empréstimo/Financiamento					(140)
Total da Carteira					23.083

5. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2024	Adições 1º Semt.2025	Baixas 1º Semt 2025	Saldo 30/06/2025	Saldo em 30/06/2024
PERMANETE	609	(103)	-	506	649
<u>Imobilizado de Uso</u>	197	(15)	-	212	124
Móveis e Equipamentos de Uso	1.084	63	-	1.147	973
Mobiliário	286	-	-	286	286
Equipamento de Processamento	735	63	-	798	624
Outros Equipamentos	63	-	-	63	63
(Depreciação)	(887)	(48)	-	(935)	(849)
(-) Depreciação Móveis Equip. de Uso	(887)	(48)	-	(935)	(849)
(-) Mobiliários	(283)	(1)	-	(283)	(282)
(-) Equipamento de Proc. de Dados	(553)	(47)	-	(600)	(517)
(-) Outros Equipamentos	(51)	(1)	-	(52)	(50)
<u>Intangível</u>	412	(118)	-	294	525
Ativos Intangíveis	1.327	-	-	1.327	1.322
Sistema de Processamento Aquisição	19	-	-	19	19
Licenças Contratuais	1.308	-	-	1.308	1.302
(-) Amortização Acumuladas	(915)	(118)	-	(1.033)	(797)
(-) Sistema Proc. Dados/Aquisição	(14)	(2)	-	(16)	(12)
(-) Amortização de Licenças Contratuais	(901)	(116)	-	(1.017)	(784)

Os ativos Imobilizado e Intangíveis se encontram dentro da composição do plano de contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), estatuidos, respectivamente, pelas Cartas Circulares no. 3941 e 3940, de 22 de março de 2019; – BACEN.

6. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se ao repasse do FUNGETUR correspondente a financiamento de curto prazo, segundo termo aditivo ao contrato administrativo nº 005/2020, processo nº 72031.015148/2020-44 e nº 72031.004664/2020-43, celebrado entre a União (Ministério do Turismo) e a AGE, em sua cláusula segunda – da vigência e aditivos, de 1º a 12º. De acordo ao aditivo 7º, as obrigações ficam prorrogadas até 26/12/2025, sendo que os recursos do FUNGETUR são corrigidos pela SELIC e INPC, conforme demonstrados a seguir:

Passivo Circulante

	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações por Repasses – FUNGETUR	10.515	6.919
	10.515	6.919
	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações por Repasses – FUNGETUR	-	3.672
	-	3.672

7. Outras Obrigações - Diversas

Outras obrigações existentes, constituídas das provisões das despesas administrativas do mês de junho/2025 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 dos funcionários e Diretoria, e Provisões Cíveis, correspondente ao saldo acumulado no final do exercício, provisão ordenado e outros credores.

	30/06/2025	31/12/2024
Provisão Outras Despesas Administrativas	407	262
Provisão de Ordenado, Férias e Encargos	760	523
Provisões Cíveis	11	-
Credores Diversos	859	1.634
TOTAL	2.037	2.419

8. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 97.710 (mil), representado por 96.654.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

	30/06/2025		31/12/2024	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Acionistas				
Estado de Pernambuco	97.300.000	99,58%	97.300.000	99,58%
AD DIPER	350.000	0,36%	350.000	0,36%
SINDUSGESSO	50.000	0,05%	50.000	0,05%
FEMICRO	10.000	0,01%	10.000	0,01%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	97.710.010	100,00%	97.710.010	100,00%

9. Despesa de Pessoal e Honorários

	Jun2025	Jun2024
Honorários	472	402
Alimentação	855	728
FGTS	198	180
INSS	657	535
Ordenado e Reprep	1.928	1.715
Férias	322	297
13º Salário	211	181
Outras	151	126
	4.794	4.164

10. Outras Despesas Administrativas e tributárias

	Jun2025	Jun2024
Manutenção e Conservação	57	49
Processamento de Dados	509	497
Publicações	31	33
Serviços de Terceiros	157	122
Aluguéis	239	216
Comunicação	84	41
Serviços Sistema Financeiro	72	66
Transporte	45	-
Contribuições - ABDE	33	-
Água, Energia e Gás	54	69
Tributárias e Outras	79	141
	1.359	1.235

Do total das Despesas Tributárias e Outras, para o 1º Semestre/2025 e 1º Semestre/2024, as Despesas Tributárias tem os totais respectivos de R\$ 24 (mil) e R\$ 12 (mil).

11. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A Agência de Empreendedorismo do Estado de Pernambuco – AGE mantém estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza, complexidade e volume de suas operações, em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.557/2017, CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023. Essa estrutura assegura a identificação, avaliação, mensuração, monitoramento, mitigação e controle contínuos dos riscos inerentes às suas atividades, garantindo aderência às exigências prudenciais do Banco Central do Brasil, solidez patrimonial e proteção dos recursos públicos sob sua gestão.

A governança de riscos é sustentada por políticas formais aprovadas pela alta administração, segregação adequada de funções, definição clara de papéis e responsabilidades e uso de metodologias quantitativas e qualitativas para avaliação das exposições. O monitoramento contínuo envolve sistemas de informação integrados, relatórios gerenciais tempestivos e planos de ação para tratamento de desvios, buscando alinhar a gestão dos riscos às melhores práticas do Sistema Financeiro Nacional.

a) Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito observa os princípios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e da Resolução BCB nº 352/2023, abrangendo todo o ciclo da operação, da originação à liquidação. As operações são classificadas conforme modelo de negócios e características contratuais dos fluxos de caixa, aplicando-se provisão para perdas esperadas desde o reconhecimento inicial, revisada mensalmente e segregada em perdas esperadas para 12 meses, para todo o prazo do instrumento e perdas integrais para ativos com problema de recuperação.

São também constituídas provisões para **perdas adicionais**, quando identificados riscos não totalmente capturados por modelos estatísticos, e **perdas incorridas**, baseadas em eventos concretos que afetam a capacidade de recuperação, tais como inadimplência significativa, renegociações com concessões relevantes, recuperação judicial ou insolvência.

Renegociações e reestruturações são avaliadas individualmente, sendo ajustadas ao valor presente dos novos fluxos de caixa, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada, e classificadas segundo critérios prudenciais, mantendo-se provisão integral nos casos anteriormente baixados, salvo evidências objetivas de recuperação da capacidade de pagamento.

b) Risco de Mercado

A AGE mantém política de gerenciamento do risco de mercado alinhada à Resolução CMN nº 4.557/2017, contemplando a mensuração, monitoramento e controle das exposições decorrentes de variações em taxas de juros, índices de preços e demais variáveis que possam impactar seus ativos e passivos. São definidos limites operacionais compatíveis com o perfil de risco da instituição e implementados testes de estresse periódicos para avaliação da resiliência da carteira em cenários adversos.

Adicionalmente, a AGE realiza análises de sensibilidade e acompanhamento de indicadores macroeconômicos que possam influenciar a performance da carteira, utilizando ferramentas para projeção de cenários e calibragem periódica dos limites de risco de mercado. Essas práticas asseguram capacidade de resposta ágil a mudanças nas condições de mercado e suporte à tomada de decisão estratégica.

c) Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional considera falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017. A política vigente define responsabilidades, assegura segregação de funções, implementa controles internos e planos de continuidade de negócios, além de promover treinamento contínuo e disseminação da cultura de gestão de riscos. O sistema de monitoramento garante detecção tempestiva de perdas operacionais e ações corretivas adequadas.

12. Eventos subsequentes

A Agência de Fomento avaliou os eventos ocorridos após o encerramento do exercício findo em 30 de junho de 2025, não sendo identificado até a data de autorização para emissão dessas demonstrações, outros eventos que não tenham sido mencionados que venham a ter efeitos relevantes ou requeiram a sua divulgação nessas demonstrações financeiras.

Recife, 30 de junho de 2025.

Carla Cristina de Godoy Novaes
Diretora Presidente Interina

Samuel Augusto Moreira Linhares
Diretor de Planejamento e Gestão, e Financeiro
Interino

Teótimo Soares de Almeida

Contador-CRC nº 022654/O-0